



HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Ana Paula Tatagiba¹

1. Introdução

A instituição da Educação Infantil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (BRASIL, 1996) provocou alterações importantes na estrutura das Prefeituras em todo o Brasil, já que o seu oferecimento é, prioritariamente, de responsabilidade dos municípios.

No início de 2010, além das 1064 escolas municipais, 255 creches públicas, 170 creches conveniadas e 9 Espaços de Desenvolvimento Infantil compunham o sistema municipal de ensino carioca, atendendo a 67.302 crianças de 4 a 6 anos de idade e 33.348 bebês e crianças.

No que se refere aos profissionais responsáveis por este atendimento, o ano de 2008 marcou um momento de transição: a criação do cargo *Agente Auxiliar de Creche* no Quadro de Pessoal de Apoio à Educação foi um passo importante para a estruturação das creches.

Sendo um profissional com nível fundamental completo, contratado para atuar por 40 horas semanais, o AAC deve realizar, entre outras, as seguintes tarefas: participar em conjunto com o educador do planejamento, execução e da avaliação das atividades propostas às crianças; responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças e; cuidar da higiene e do asseio das crianças.

Em março de 2008, as/os primeiras/os agentes auxiliares de creche começaram a ser convocados e a lotação de profissionais do sexo masculino suscitou muitas polêmicas.

Neste pano de fundo, foi elaborado projeto de pesquisa intitulado *Gênero e Educação Infantil*, em desenvolvimento desde março de 2009, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujos objetivos são:

- Conhecer as trajetórias profissionais dos agentes auxiliares de creche do sexo masculino, bem como as repercussões de sua inserção nas creches públicas cariocas.

- Analisar, a partir dos estudos de gênero, os desafios da prática cotidiana dos homens que atuam como agentes auxiliares de creche, considerando os diferentes aspectos concretos e subjetivos que envolvem essa inserção profissional.

¹ Pedagoga, Mestre em Política Social. Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). aptatagiba@oi.com.br



2. Debatendo o cuidado: tarefa feminina?

Maria Malta Campos enfatiza que a inclusão das creches no sistema educacional não garante por si só a superação de uma tradição que sempre considerou esse atendimento como "mal necessário", destinado às famílias pobres.

Sinalizando que um grande revelador dessa forma de pensar é o currículo adotado nas escolas de formação de professores, a autora destaca que estas têm ignorado o *cuidado* como uma nova perspectiva de atuação, reduzindo-o e estigmatizando "qualquer tipo de atendimento que escape do modelo estritamente escolar" que passa a ser considerado como "assistencialista" (Campos, 1999, p. 113).

Contribuindo para o equacionamento dessa temática, o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI*, indica que as ações referentes à educação e ao cuidado devem ser concebidas de forma integrada:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

[...] Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica (MEC, 1998, p. 24).

Sonia Kramer (2001, p. 96) vincula esta discussão à questão cultural, mencionando a vinculação do trabalho feminino com as atividades de *cuidado*, interpretado, socialmente, como algo que para ser executado "exige pouca qualificação".

Para a pesquisadora,

As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual, reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil. As tarefas não [eram] remuneradas e têm aspecto afetivo e de obrigação moral (Kramer, 2001, p. 97).

Assim, *gênero* é uma categoria que se traz para o centro do debate questões candentes a serem discutidas nas instituições educacionais brasileiras, notadamente nas creches que, trazem de forma contundente, também, a questão do atendimento das crianças em horário integral.

3. Apontamentos de pesquisa

A pesquisa em tela é de natureza qualitativa e desenvolve-se através de pesquisas bibliográfica e documental, tendo como uma fonte de coleta de dados o acompanhamento de uma comunidade no site de relacionamentos *Orkut*.



Para análise dos dados coletados optou-se pela *análise do discurso*, apoiando-se no arcabouço teórico desenvolvido por Bakhtin.

Bakhtin trouxe contribuições relevantes para os debates no campo da linguagem ao abordar a dialética do *signo*, concebendo-o como efeito das estruturas sociais. Signos estes que caracterizam-se por serem dialéticos, dinâmicos e plurivalentes, embora segmentos sociais hegemônicos tenham interesse em mostrar uma falsa monovalência (Bakhtin, 1988, p. 15).

Todo signo, assim, é ideológico, servindo para exprimir a ideologia sendo, portanto, modelados por ela. A *palavra*, neste contexto, “é o modo mais puro e sensível de relação social, [...] é o signo ideológico por excelência, já que ela registra as menores variações das relações sociais (Bakhtin, 1988, p. 36); ou, ainda como afirma Bakhtin, “(...) a palavra é uma arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema (Bakhtin, 1988, p. 14).

No campo dos estudos de gênero, Guacira Lopes Louro critica o “esquema binário rígido” que serve de base às práticas sociais, incluindo-se a prática educativa desenvolvida nas escolas e similares que compõem os sistemas formais de ensino, que reproduzem relações que contrapõem e dicotomizam os universos masculino e feminino, a partir de uma matriz heterossexual, sem que sejam problematizadas diferenças existentes no âmbito de cada gênero, além das variáveis de geração, etnia e classe social (Louro, 1997, p. 76-77).

A autora também destaca a linguagem como uma das mais eficazes e persistentes instâncias de estabelecimento das desigualdades, instituindo, através de uma pseudo-naturalidade, relações, poderes e lugares sociais (Louro, 1997, p. 65).

Considerando a importância do reconhecimento da escola como um locus de produção das concepções de gênero presentes na sociedade, Louro enfatiza que “é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino” (Louro, 1997, p. 89).

Hoje, quando uma das discussões mais significativas no âmbito educacional remete a novas formas de cuidado e educação das crianças em espaços diferentes ao da família, subsidiados pelo poder público, é pertinente pensar sobre a reconfiguração dos espaços público e privado, ampliando-se o debate sobre os processos de conformação das funções socialmente atribuídas a homens e mulheres e do relacionamento destes entre si, bem como das lutas para que este se reconfigurem – embates estes acirrados a partir do século XIX e que se estendem até à atualidade.



3.1. A análise dos relatos

O site de relacionamentos Orkut foi disponibilizado em janeiro de 2004 e têm permitido que, além da elaboração de perfis individuais, as pessoas agrupem-se em comunidades a partir de um interesse comum.

A comunidade dos auxiliares de creche que tem mais membros reúne 1309 profissionais e interessados no assunto; no entanto, na definição de seus criadores, a “Comunidade [é] destinada às pessoas que se classificaram ou estão aguardando vaga no concurso público de Agente auxiliar de Creche - 2007 - SME – RJ”, tendo sido criada em abril de 2008.

Pesquisa realizada no fórum da mesma durante os três primeiros meses de uso (de 29 de abril – data da primeira postagem - até o dia 31 de julho) permite o destaque de dois tópicos: “para os homens q já estão trabalhando nas creches!” e “em relação aos homens” (sic).

Inicialmente, a majoritariedade feminina, característica da carreira do Magistério, é comentada:

A= Poxa , na minha creche tem 5 homens, tirando um q ja ta de licença, o resto tá se saindo muito bem, inclusive um rapaz fica sozinho de 15 as 17...

B= Na minha creche só tem eu de homem, + as meninas estão me passando o serviço muito bem!!! são bem pacientes. o trabalho é bem cansativo na parte da manhã até eles dormirem às 11 horas depois é + tranquilo , + é muito gratificante trabalhar com crianças são tão carinhosas e carentes. tenho um coração muito mole , ainda ã sei ser firme com elas e elas abusam um pouco + nada de anormal rrsrrs. ainda tenho q aprender muito e vou fazer de tudo pra me aperfeiçoar.....

C= Na minha também sou o único, seria legal se tivesse mais.

A natureza das tarefas desenvolvidas pelos homens é posta em xeque, como os relatos evidenciam:

Diálogo 1:

Z (SM - Sexo masculino)= galera vcs tao limpando [...] bebe ou tao fazendo mais serviços de recreação?

X= Nós homens não damos banho nem limpamos criança por enquanto.

V (SF - Sexo feminino) = aí é mole, né...rssss

Z= ainda bem , tomara q nunca.essa parada e sinistra. quero fk com o serviço mais de recreação essa coisas

T= As minha amigas auxiliares ficaram preocupadas com minha roquidão e cansaço desses dias.



Fazer a parte recreativa, tb tem muito trabalho, além tb termos os cuidados com as crianças fora o banho.

V = vcs ficam com a parte recreativa e nós com o banho e higiene? é assim?

Diálogo 2:

A=Lá na minha creche os homens não trocam fraldas, não dão banho, e eu estou achando uma injustiça com as mulheres, já que somos todos agente auxiliar de creche.

S = até agora só recreação!!! o banho fica a cargo das meninas. eu só seco e ajudo a botar as roupinhas.....

Y = Eu tb não troco mais fralda nem dou banho, no máximo troco fralda dos meninos. Foi um pedido da diretora pra evitar algum comentário maldoso, mas no começo eu fazia de tudo sem grilos e nunca ninguém falou nada.

Pelo já exposto em relação à vinculação da educação da infância à figura feminina, as características historicamente assumidas pelo quadro de pessoal que atua nas instituições de educação infantil demonstram o quanto este atendimento não foi pensado, desde o início, numa perspectiva “profissional”: as primeiras experiências eram similares à organização doméstica – era como se uma mãe, pudesse ser responsável pela criação de muitas crianças cujas mães estivessem ausentes.

Nesse contexto, tal atendimento era considerado como um favor àquelas mulheres que necessitavam trabalhar e não podiam, assim, exercer a maternidade em sua plenitude, dedicando-se integralmente à educação e cuidado de seus filhos.

Desta forma, ainda que a creche se abra à presença masculina, ao longo do tempo o trabalho dos homens esteve vinculado a tarefas tidas como “viris”: como auxiliares de serviços gerais cuidavam da parte elétrica e hidráulica, além da segurança da creche.

O concurso público com ampla concorrência, exigindo apenas a conclusão do Ensino Fundamental, possibilitou o ingresso de homens para o trabalho diretamente desenvolvido com as crianças. E nesse ponto, os aspectos culturais fazem-se presentes e, conseqüentemente, grassa o preconceito para que seja mantida a mesma divisão de tarefas que relega às mulheres todos os cuidados necessários à manutenção e à reprodução da vida.

Oliveira fornece elementos importantes à reflexão dessa temática ao avaliar que a luta pela igualdade, empreendida pelas mulheres, transformou-se numa armadilha, num grande equívoco, pois estas não atentaram para a necessidade de exigir uma contrapartida dos homens, quando passaram a assumir espaços fora do âmbito doméstico. Desta forma, as “mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a



concorrência no espaço público carregando consigo, escondidas, as raízes no espaço privado.” (OLIVEIRA, 1990, p. 60).

Sempre desconectados da função “cuidadora”, sobre os homens que aproximam-se destas funções, recaí a desconfiança:

H (SF) = Sinceramente, não deveria haver diferença alguma, sabemos que cuidar da parte da higiene estava previsto no edital, acho injusto separar as funções de homens e mulheres, quem fez este concurso sabia que a função incluía a parte desta situação, poderia até ser revessado, mas não direto somente com uma função tipo homens não dão banho e só são recreadores e vice versa, as diretoras devem tomar atitudes a respeito, a mãe que não quiser que um homem, que embora concursado, cuide da higiene do seu filho, que ponha seu filho em alguma creche que não haja homens, mas se os filhos estão lá tem que aceitar as regras, os direitos e deveres deste cargo não é diferente para ambos os sexos, todos tem que dividir as tarefas para que ninguém se sinta sobrecarregado, neste cargo, homens e mulheres são iguais.

X (SM) = (...) não é tão simples assim. A maioria das creches ficam em comunidades onde as pessoas não tem a cabeça tão aberta quanta a nossa.

Todos os dias assistimos a diversos casos de abusos contra crianças. Já imaginou chegar na creche de manhã com a sua princesinha de 2 meses e descobrir que um "barbado", "desconhecido" vai dar banho na sua filhinha? Vai mudar, mas tem que ser devagar.

Q = o banho ã é só passar sabão, eu ajudo separando e entregando as roupas, vestindo, isso ã é cuidados de higiene? Eu, apesar de fazer muito bem a parte recreativa e por isso até deixam mais pra mim, tb cuido sim das crianças, ã existe distinção ã, vamos ser claros; os homens ã passam o sabonete nas crianças, vcs já sabem o porquê. [...] e aí eu acho certo sim as direções de bom senso, evitarem futuros problemas.

N = na minha opinião, poderia-se dividir o banho assim:

OS HOMES dariam BANHO nos MENINOS

AS MULHERES dariam banho nas MENINAS.

ACREDITO QUE NÃO DARIA PROBLEMA ALGUM!

Segundo Jardim e Abramowicz, “a educação escolar é uma síntese de determinadas práticas de fabricação de indivíduos, de discursos, de formação, de valorização e representação e de formas de subjetivação de homens e mulheres”, possibilitando o desenvolvimento de ações que contribuam para a desmistificação do que seriam os *fazeres próprios de cada um* (Jardim; Abramowicz, 2005, p. 97).

Ainda que sejam raros, já relatos de instituições que encaram a proximidade masculina com as tarefas de higiene ligadas ao corpo com menos reserva:

F = Na minha creche os tios que tem lá, que são 2 dão banho e fazem tudo igual a nós, pois a nossa amada diretora deu uma reunião aos pais e avisou que o trabalho seria igual aos da gente,



pois senão ficaríamos sobre carregada e os pais não só aceitaram e ainda apoiaram os tios que lá estão.

M = Na creche em que eu estou não tive nenhum problema em relação a isso, estou auxiliando as meninas na hora do banho das crianças, troco frandinha e me relaciono muito bem com os pais (responsável) das crianças. Por incrível que pareça nenhum responsável se queixou ou se quer fez qualquer comentário pelo fato de ter um homem trabalhando na creche.

4. Considerações Finais

Em 1973, no artigo *Creches e pupileiras* – trabalho originalmente publicado na revista francesa *Courrier*, em 1959 – lia-se que “é preciso ter sempre presente no espírito que toda criança, pelo menos até a idade de 3 anos, está melhor em seu lar do que numa creche, por melhor que ela seja.” (FUNABEM, 1973, p. 63).

Mais recentemente, Maria Clotilde Rosseti-Ferreira e Ana Paula Soares Silva pontuam que “em geral, as pesquisas demonstram que é possível um desenvolvimento sadio em contextos diversos do familiar, mesmo para crianças em seus primeiros anos de vida, desde que assegurado um atendimento de qualidade” (FERREIRA; SILVA, 1998, p. 175). Qualidade esta que se concretiza, entre outras vias, pelo trabalho conjunto realizado entre família e a creche.

As autoras concluem que:

O maior número de mulheres que têm crianças pequenas e trabalham fora de casa é resultante tanto da necessidade de contribuir para o sustento econômico da família, como do desejo de realização pessoal e profissional. O próprio pensar da mulher acerca de si e de sua atuação na sociedade a levou a questionar seu papel dentro e fora da família, repercutindo na maneira de cuidar dos filhos. [...]

Esses fatores contribuem para a busca de novas formas e lugares para o desenvolvimento do convívio social das crianças. Hoje, em todas as classes sociais, a preocupação dos pais quanto a uma vida saudável para os filhos inclui a procura por instituições que compartilhem com eles o cuidado e a educação da criança (SILVA; FERREIRA, 1998, p. 173-174).

Atualmente, entende-se que a criança é uma *pessoa em desenvolvimento* - sem que isso se converta numa releitura do “vir a ser” pelo qual estes só tinham valor por representarem gerações que “seriam o futuro da nação”. Pelo contrário, atualmente, há, no plano formal, o reconhecimento de que são cidadãos hoje e merecem atendimento qualificado, condizente com o tempo de vida em curso.



No que se refere aos direitos da criança à educação, a Educação Infantil, desde 1996, é o segmento dedicado aos bebês e crianças até 6 anos de idade; devendo, concretizar-se prioritariamente, através de políticas municipais, respeitando-se a opção da família em sua procura. Logo, não é etapa obrigatória de escolarização, devendo, no entanto, enquanto política pública, existir efetivamente, com instituições capazes de garantir o desenvolvimento das atividades de educação e cuidado com a qualidade que todo ser humano é credor.

Qualidade que, entre tantos outros aspectos, deve ser mensurada a partir da consideração da existência de ações sistemáticas que contribuam para o estabelecimento de novas condutas, calcadas em formas de relacionamento e de inserção social mais igualitárias entre homens e mulheres.

Bibliografia

- BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Campos, Maria Malta. A Mulher, a criança e seus direitos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 106, p. 117-128, mar. 1999.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista de Estudos Feministas*, Julho/Dez. 2002, vol.10, no.2, p.301-323.
- Funabem - Fundação Nacional Para O Bem-Estar Do Menor. Creches E Pupileiras. *Revista Brasil Jovem*. Rio De Janeiro, ano VII, n. 25, P. 64-71, 1º quadrimestre-1973.
- JARDIM, Silvia Regina Marques; ABRAMOWICZ, Anete. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações de mestrado. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 3, p. 93-117, mar. 2005.
- KRAMER, Sonia. *Formação de Profissionais de Educação Infantil: questões e tensões*. In: _____. (Coord.). Relatório de Pesquisa Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ravil, 2001. p. 89-104. (Relatório de Pesquisa CNPq/FAPERJ)
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília, 1998.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.



Rosseti-Ferreira, Maria Clotilde e Silva, Ana Paula Soares da. Novos ares para a educação infantil.
In: Rosseti-Ferreira, M. Clotilde et al (Orgs.). *Os Fazeres Na Educação Infantil*. São Paulo:
Cortez, 1998. 195 p., p. 179-182.